

Portalegre Medieval

(Subsídios para a sua leitura urbanística)

Domingos Almeida Bucho *

I. Introdução

Falar de Portalegre medieval é quase penetrar o espaço lendário. Para isso concorre a escassez documental disponível (doc. escritos) e a grande dispersão e dificuldade de acesso ao pouco que existe. No entanto, alguma matéria tem aparecido ultimamente, louvavelmente carreada para esta revista pelo seu director, no contacto privilegiado que goza junto de grandes especialistas nacionais. Ora um dos documentos que lançou alguma luz sobre Portalegre medieval foi o que aqui trouxe Mário Viana sobre a toponímia medieval portalegrense ⁽¹⁾. Trata-se dum documento de 1304 em que o Bispo da Guarda divide a vila de Portalegre em paróquias, atribuindo-lhes as respectivas ruas e lugares. Levantaram-se de imediato vários problemas às tentativas de cartografia desta nova informação:

— Muitas ruas e lugares são impossíveis de identificar através da toponímia conhecida.

— Grande parte das ruas e lugares são referenciados através do nome de algum dos seus moradores mais importantes, ou através de poços, fornos, tendas etc... que existiam no lugar.

Tentámos em vão lançar mão de elementos complementares — rois de confessados dos séculos XVI, XVII e XVIII, tombos das casas existentes em Portalegre (sécs. XVII e XVIII), livros da fazenda e tombos de sentenças do Arquivo do Cabido da Sé, tombos de treslados do Arquivo da Paróquia

* Mestrando em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Bolseiro da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

da Sé. Passámos também a pente fino tudo o que sobre Portalegre vem referido nas CHANCELARIAS PORTUGUESAS de D. Afonso IV e D. Pedro I, bem como nas CORTES PORTUGUESAS / Reinado de D. Fernando I (1367-1383) — importantíssimas edições do INIC. A informação encontrada não ajuda, em nada, a cartografia da toponímia veiculada pelo doc. de 1304.

Colocámos então esta hipótese (facilitadora): será que o documento de 1304 utilizava aquela toponímia porque não o podia fazer de outra maneira? Ou seja, será que naquela data os arruamentos ainda não estavam suficientemente definidos, havendo muitos espaços sem edificação? Em apoio desta hipótese vem a propósito o doc. n.º 993 da Chancelaria de D. Pedro I (INIC, 1984, p. 465), datado de 9 de Abril de 1365, no qual o rei dá «a foro a domjngos lourenço e a sua mulher aldonça afomso» (...) hũu chãao que elle ha na dicta villa a par dos açougues como parte com a casa que foy de joham do esparragal e com os dictos açougues e com casas do dicto domjngos lourenço» (...). Se localizarmos este *chãao* (provavelmente uma horta) intramuros, já que ele se situava entre duas casas e junto aos *açougues* (na zona onde hoje é a Rua dos Açougues?), ficamos com uma ideia da ruralidade dessa Portalegre medieval recém-nascida, e compreendemos facilmente porque é que em 1304, lugares havia, intramuros, a que não se podia chamar de ruas. A mesma hipótese não levantaríamos para localidades de fundação mais antiga, pois sabemos que só bem entrados na Idade Moderna aquele tipo de toponímia se altera.

Interessa ainda referir que a carência de informação e de análises para a fundamentação dum futuro projecto de recuperação do nosso centro histórico, levou-nos a condensar aqui tudo o que sabemos sobre a medievalidade portalegrense e a tentar, ao nível do urbanismo, uma primeira leitura. É que, apesar do que já dissemos sobre a carência documental, não deixamos de dispor do mais rico documento sobre o tema que aqui nos traz: a cidade em si, o seu traçado intramuros, que não é concerteza o medieval em toda a sua extensão, já que o Portalegre de quinhentos, de seiscentos e de setecentos, deram à cidade o fácies que ainda tem hoje, mas onde se pode perscrutar esse *Portus Alacer* de Afonso III e de D. Dinis, escondido na serra que a emoldura, como se de um enorme regaço se tratasse.

II. Situação e sítio da cidade

Portalegre é um dom do Serra, como o Egipto o é do Nilo

Aurélio Silva

Portus Alacer terá sido o nome de baptismo com que D. Afonso III passou a designar, em foral, um lugarejo raiano alcandorado a meia encosta duma falda da Serra de S. Mamede, conhecida hoje por Serra de Portalegre

(Fig. 1). Encosta de forma concheada, virada a sul e a poente, possui no seu extremo sul um outeiro quase destacável, de forte declive, onde D. Afonso III, e depois o rei urbanista, mandaram levantar as ruínas da guerra e cercá-las de muralhas.

Assim terá nascido esse lugarejo risonho, a cerca de 500m de altitude, como que num mirante, divisando o vale (zona de agricultura e de passagem) e a planície que aí começa e se perde para sul. Vejamos que características naturais tinha o lugar, que permitissem a permanência da comunidade humana que aí se instalou.

1. A flora e a fauna

Sobre estas duas condicionantes naturais à fixação humana, não teriam os primitivos colonos que aqui se fixaram qualquer carência. Abundância sim, ao nível da vegetação climácica, de sobreiros e carvalhos (*Quercus suber* e *pyrenaica*), e de espécies introduzidas pelos romanos, como o castanheiro (*Castanea sativa*) e a vinha ⁽²⁾. Também a oliveira (*Olea europea*) aqui se daria bem, trazida, na sua fase selvagem, de zonas mais meridionais.

Sob o ponto de vista cinegético, também não há que duvidar da abundância de espécies, já que, ainda hoje, existem resíduos indiciadores (veado, javali, lebre, coelho, perdiz da serra). Só a sua abundância justificaria que, a 13 de Abril de 1743, se concedesse carta de «Monteiro-mor dos Lobos e mais bichos da dita Cidade de Portalegre e sua Comarca» a Francisco Xavier Aranha, e que a 26 de Outubro de 1743, se promovessem montarias «por conduzir muito para a extinção dos lobos como se necessita para o aumento da criação de éguas» ⁽³⁾.

3. Recursos hídricos

A encosta não é atravessada por nenhum rio, mas as duas linhas de festo que percorrem a sua crista e a elevação que lhe está defronte (Monte da Penha), geram a ribeira a que o documento de 1304 (a que fizemos referência na Introdução) chama de rio. Contribuem estas duas linhas de festo para um lençol freático generoso que permitirá a alimentação da cidade por inúmeros poços e fontes.

4. Clima

O clima da nossa cidade é temperado, com uma temperatura média e uma amplitude anual que ronda os 15°C, chovendo também moderadamente e correndo os ventos de Norte para Sul a uma velocidade média igualmente moderada. Mas esta temperança não terá sido muito regular através dos tempos. Assim, a atendermos ao estudo de José Pinto Peixoto (4), entre os

séc. IX e XIII o clima terá melhorado substancialmente, uma vez que do séc. III ao IX a intensa precipitação criou situações climáticas de humidade que fez deslocar populações. O autor denomina de «Pequena Idade do Clima Ótimo» este período imediatamente anterior e coevo ao início da humanização da nossa paisagem.

5. *Geologia*

Toda a encosta é percorrida por uma mancha de granito tectonizado, aflorando à superfície um pouco por todo o lado. Assente sobre uma pedra natural, a cidade não teve escassez de pedra para alvenarias, e depois, a cerca de 15 Km, na Escusa, laboravam desde tempos remotos as famosas calciras, mercê dos calcáreos margosos que aí se encontram.

As linhas que acabamos de escrever sobre a situação e sítio da cidade, tentam explicar as possibilidades de sobrevivência da comunidade que se viria a instalar no séc. XIII, uma vez que a função primeira, defensiva, que explicará a sua fundação, teria necessariamente que ter em conta essas capacidades naturais. Assim, pelo que acabámos de referir, possuía a Serra de Portalegre todas as condições naturais para que uma comunidade humana aí se instalasse, definindo-se desde a Idade Média um modo de aproveitamento dos recursos que se perpetuaria pelos séculos fora:

— A Serra fornecia a madeira, a pedra e a cal para a construção, a lenha, a caça e o coberto vegetal para a pastorícia e camas dos animais; definia uma linha de festo suficientemente ampla para obstar às necessidades da população em termos de água.

— Ainda na Serra, inúmeras ribeiras e rios que aí nasciam (Caia e Sever), forneciam a energia para os engenhos de moagem e pisoagem, fornecendo também o pescado.

— A cidade transbordava do seu casco materno e fluía, pelos arrabaldes, sobretudo para Norte.

— No vale corria uma ribeira que permitia a produção hortícola; era também pelo vale que passavam importantes caminhos (que a topografia do lugar obrigava), decorrendo daí toda uma toponímia que tem na raiz a palavra «porto» (Fig. 1).

E não queremos acabar esta breve caracterização da situação e sítio da nossa urbe, sem aqui deixarmos um belo texto de D. Frei Amador Arrais (Séc. XVI), que resume de uma vez e de modo poético, toda a envolvência natural da cidade, na sua infância como nos tempos de hoje. Por ele compreendemos melhor o significado da sua toponímia, as razões porque D. Afonso III lhe terá chamado de *Portus Alacer*.

«He a serra de Portalegre hũa das melhores da Lusitania do seu tamanho, em que parece estremarse a natureza na fresquidão de arvoredo, a muytos prados, & diversidade de boas frutas, suavidade de ares apraziveis, que correndo entre flores, & hervas cheirosas sopram muy suavemente roido musico, & soidoso de varias plantas, multidão de claras fontes, doces, & frias agoas. He toda cuberta de sombrios soutos, pomares vinhas, olivaeas, & de muy altos castanheiros, & outras arvores tecidas per obra da natureza em troncos de graciosa era, & della cingidas & suas ramas, que representam em todo o anno o mes de Mayo, & nunca perde de todo a fermosura da sua primavera, E de todos elles se corta tanta madeira, que provèe grande parte dos lugares d'Alentejo, & dos da arraya de Castella. Corre pelo meio della hum fresco arroyo de cristalinas aguas, que todo anno a regão, & provèe de muytas acenhas, & pisões, em que se pizoão as graciosas mesclas de varias cores, que na cidade em grande abastança se fazem». (5)

III. Origens lendária e histórica da cidade

1. *Origens lendárias de Portalegre*

Antes de Herculano, o que a historiografia debitou sobre a fundação de Portalegre, pertence à lenda, a enganos que fizeram história, ou a testemunhos não fundamentados.

Pertence à lenda a versão de que Portalegre terá sido fundada por Lísias, filho ou capitão de Baco (ou ainda Lísio ou Líseo, filho de Sumule), que já em avançada idade, agradando-lhe o sítio, terá fundado a povoação em 1300 a.c., edificando-lhe um forte e um templo consagrado a Dionísio ou Baco, e dando à serra o nome de Maia. O templo terá sido edificado onde hoje se encontra a ermida de S. Cristóvão, em cujo sopé corre um arroio de água que é ainda hoje conhecido por Ribeiro do Baco. A povoação tomaria do nome de Ammaya (6).

Relativamente a enganos que fizeram história, apontaremos o de se ter pensado poder fundamentar a lenda anterior através de «um litreiro que está em sua vasa de culuna, na ermida do Espírito Santo extra muros desta cidade, escrito em letras romanas, o qual, treslado da maneira que está, diz assi:

IMP. CAES. L. AVRELIO
VERO. AG. DIVI. ANTO
NINI. F. PON. MAX.
CÖS. II. TRIB. PO.
P. P. MVNICIP.
AMMAIA

Quer dizer a exposição dos caracteres acima, segundo meu parecer, que Amaia, sendo município, dedicou estátua ao Imperador Lúcio Aurélio César, verdadeiro Augusto, filho de Antonino, Pontífice Máximo, Tribuno do Povo, Cônsul duas vezes, Pai da Pátria» (7).

Ora esta lápide foi trazida da cidade de Amaia, definitivamente localizada por José Leite de Vasconcelos em 1935 no lugar de Aramenha, perto de Marvão, onde ainda existem, por prospectar, as ruínas que escaparam à incúria dos homens de todos os tempos.

André de Resende, no seu livro *De Antiquitatibus Lusitaniae*, localiza Medóbriga naquele sítio (8), e o mesmo acontece com Frei Amador Arrais nos seus *Diálogos* (9) e com D. José de Viu (10). Medóbriga viria a ser localizada por José Alarcão em Ranhado, no Concelho de Meda, em 1973 (11).

Quanto a testemunhos não fundamentados, apontaremos os seguintes:

a) Portalegre fora fundada «onde agora está Sam Domingos (Fortios), por que ali havia grandes ruínas de edifícios antigos e muitas pedras de cantaria lavradas, e que ali se chamava Amaia» (12).

b) Portalegre fora fundada nos sítios de S. Cristóvão e Atalaião por um nobre cavaleiro e fidalgo, inglês ou bretão, de nome Vespéraldo (13).

c) Portalegre nascera no lugar de «húas vendas que estavam por cima dos Portelos, junto à ermida de Sam Bartolomeu e contra a porta da Devesa, que se chamavam as Vendas dos Portelos (...) e que daqui tomou depois o nome de Portalegre, ajuntando a isto um porto que divide a Pena ou Monte de Sam Tomé da Cabeça do Mouro (...) E porque sua vista é alegre e aprazível aos olhos de quem nele os punha, vieram a chamar-lhe porto alegre» (14).

d) Segundo Pinho Leal: «Ainda que se ignore a fundação da cidade ela deveria existir no tempo dos romanos, não talvez no mesmo local (de Portalegre) mas não muito longe, dada a sua situação topográfica. Essa cidade romana chamar-se-ia Amaya ou Ameya, como se depreende de um cipo romano encontrado nos alicerces da igreja (ermida) do Espírito Santo» (15).

2. Origem histórica de Portalegre

(...) a nenhuma das povoações que aí hoje subsistem, como Aviz, Portalegre, Crato, Vila Viçosa, Borba, Estremoz, etc. se pode fazer remontar a origem além do século XIII (16).

Alexandre Herculano

Se, pelos meados do século XII, um curioso aborígene das serranias de S. Mamede, lançasse a vista pelo território entre o Tejo e o Guadiana, que constitui a actual região do Alto Alentejo, em poucos, muito poucos lugares poderia fixar a sua atenção com aprazi-

mento. Aquelas brancas povoações que dominam hoje quase todos os outeiros que da serra se descortinam; os extensos olivais, azinhais, vinhas e searas da planície, esmaltados de alvíssimos casais, que tornam tão típica a paisagem alentejana; tudo isso, onde hoje a vista pode repousar encantada e embevecida, não era mais do que uma vasta charneca de estevas e urzes.

Em alguns daqueles outeiros veria apenas ruínas de torres ou castelos, que alguma vez teriam servido de protecção a aglomerados humanos; e se algum ainda se encontrasse de pé com as suas fortes ameias, talvez que em redor visse homens de armas em porfiada peleja para o tomar ou defender, ou mais ao longe, pela charneca, os albornozes de uma algara sarracena esvoaçando em louca correria e, em sua perseguição, cavaleiros, em cujos mantos e pendões se desenhavam as insígnias dos templários, em terrível e devastador fossado.

Tal era a visão do Alto Alentejo por aquelas remotas eras, quando começava a formar-se o futuro reino de Portugal.

Nas constantes incursões que os sarracenos faziam pelo território, os castelos mudavam de dono quase diariamente e, os terrenos adjacentes, devastados, constituíam uma espécie de terra de ninguém, onde as culturas não chegavam à maturação ou, quando isto acontecia, eram roubadas transformando-se assim naquelas charnecas onde a vida era impossível.

Os próprios castelos pelos assédios constantes, iam caindo em ruínas e daqui o panorama desolador a que nos referimos.

A posse definitiva das terras de Odiana, levou muitas dezenas de anos a consolidar-se. Ela deve-se às ordens monásticas (Templários, cavaleiros da ordem de Aviz e do priorado do Crato) a quem D. Afonso Henriques fez avultadas e generosas dádivas; aos Templários, por exemplo, concedia a terça parte dos terrenos que conquistassem, mercê pouco depois acrescida com a doação das vilas de Tomar, Vila Flor, Niza e Montalvão. Estes monges cavaleiros, servindo de fronteiras nas regiões conquistadas, iam reconstruindo os castelos a cuja protecção se acolhiam os povos e arando os terrenos maninhos, constituindo-se pouco a pouco núcleos populacionais. Deste modo a região se foi povoando e cultivando, começando a surgir aqui e além, ao começo junto dos castelos e depois estendendo-se pelas encostas, as povoações que ora se espalham pelo Alto Alentejo. ⁽¹⁷⁾

Aurélio Silva

Não resistimos a iniciar esta parte do nosso artigo com aquelas duas citações. A primeira, impõe-se pela seriedade do fundador da História de Portugal, a segunda, pelo naco de prosa, que nos dá uma visão imaginária, fotográfica, mas decorrente cientificamente da primeira.

Se as correrias entre cristãos e muçulmanos se verificaram pelas terras de Odiana até ao séc. XIII, custa-nos a crer que o sítio em que Portalegre se fundou, pela sua posição estratégica, não tivesse sido aproveitada antes, quer por povos indígenas, quer por romanos, bárbaros ou muçulmanos. No entanto, apesar da arqueologia neste lugar não se ter ainda iniciado, e de não se ter encontrado até hoje qualquer vestígio anterior ao séc. XIII na área da cidade, são inúmeros os achados arqueológicos que, encontrados nas redondezas imediatas de Portalegre, nos dão a certeza de que por esta região andou gente desde tempos remotos:

— vestígios do paleolítico inferior nas proximidades de Porto da Bôga e junto ao rio Caia ⁽¹⁸⁾;

- um número apreciável de antas na área do concelho (freguesias de Urra, Fortios e Alegrete) ⁽¹⁹⁾;
- inscrições em pedra do período romano, em Fortios, bem como inúmeros pedaços de argila do mesmo período;
- túmulos antropomórficos e escavados na rocha (lugares de Almojanda, Curral de Jaco, Tapada do Álvaro, Desvário) ⁽²⁰⁾, e, bem perto de Portalegre, junto ao Bairro do Arieiro;
- casas de falsa cúpula, muito disseminadas;
- descoberta recente de materiais do período romano e de um pedaço de mármore com uma inscrição árabe em caracteres cúficos, no pinoco da Serra de S. Mamede ⁽²¹⁾;
- está ainda por noticiar o que parece ser um «castro» no lugar de Covas de Belém.

Este «castro» situa-se na zona alta da encosta que definimos como objecto de estudo, muito perto da zona já urbanizada dos Covões; é possivelmente anterior ao período romano, e vem em apoio da tese claramente comprovada de que os povos que os romanos por aqui vieram encontrar se estabeleciam nas calotes convexas, onde o arroteamento era mais fácil para os fracos meios tecnológicos que então possuíam. Só com os romanos a agricultura se passou a fazer nos vales mais florestados, e por isso de mais difícil desbravamento — o caso de Amaia. E, como é evidente, as questões defensivas estariam também entre as que se impuseram aos romanos no que diz respeito à escolha dos lugares mais desfogados dos vales e planícies.

Provavelmente, nessa cumeada da serra em que localizámos o castro, teria sido desenvolvida a cultura da cevada e do centeio, acrescentando-se, para a alimentação, as bolotas dos carvalhais e a criação de gado em pastagens.

Na área da cidade, o primeiro documento que se conhece e com o qual se pode fazer história, data do 1.º dia das calendas de Abril de 1229 ⁽²²⁾. É uma carta pela qual João Peres Avoino e sua mulher, D. Marinha Afonso, vendiam «umas casas e quintais na vila de Portalegre ao mestre da Ordem do Templo, D. Martim Nunes». Conhece-se depois uma outra carta datada de Santarém, 13 de Outubro de 1253, em que se ordenava ao «concelho de Portalegre a restituição à mesma ordem uma herdade com sua água, que o concelho lhe havia usurpado» ⁽²³⁾.

Estes dois documentos confirmam que Portalegre já era uma vila em 1229 e que em 1253 já constituía um concelho; o seu termo havia-se desmembrado do de Marvão, criado este em 1226.

Consta, por outro lado, que D. Afonso III deu a Portalegre o primeiro foral (1259) (documento de que se desconhece o paradeiro), mandando-lhe edificar a fortaleza.

Segundo o cronista Rui de Pina, foi D. Dinis que, em 1290, mandou remodelar a fortaleza e construir a cerca, que ficou dupla, e de que ainda existem muitos troços.

Reportando-nos ainda aos primeiros documentos, sabemos que já em 1274 existia o arrabalde da Deveza e uma ermida no local onde agora está a Igreja do Espírito Santo, tendo anexas uma albergaria e um pequeno hospital fundado por Pedro Eanes e sua mulher (²⁴). Para esta albergaria foi transferido em 1502 ou 1503 o hospital da Santa Casa da Misericórdia, que funcionava na rua da Figueira, por acordo entre o seu provedor Lopo Ribeiro e a confraria do Espírito Santo (²⁵).

É interessante relatar aqui um episódio de guerra civil entre Portalegre e a vila do Crato, em data que não pudemos apurar, e cujo móbil foi a luta pelo alargamento do *termo* de Portalegre — alargou o *Termo* significava aumentar os impostos cobrados. Assim é relatado pelo padre Diogo Pereira Sotto Maior em 1616 (²⁶):

«As duas nomeadas, Santiago e Sam Martinho, sam anexas ao prior-mor do Crato, as quais foram anexadas a este priorado, por hūas grandes guerras que antigamente antre os do Crato e os de Portalegre houve, porque chegava o termo do Crato até os muros de Portalegre. E parece que sobre os gados que, tanto que saiam das mãos, logo entravam no seu termo e, tanto que eram achados pelos guardas, logo eram levados ao Crato. E sobre isto e outras dúvidas que se creceriam, vieram as mãos em batalha campal naqueles campos da Almujuanda, e foi tam profiada de parte a parte que por todo um dia se não conheceu cuja era a vitória. E alfim, ao dia seguinte, ficaram os nossos de Portalegre vitoriosos, e foi grande a matança e destroço que os de Portalegre fizeram nos do Crato, e estenderam seu termo, tomando toda aquela quantidade de terra que os do Crato deixaram desocupada, quando se foram retirando até hūa assomada, onde está hūa cruz, que ali se divide o termo. E depois, por concerto e por haver pazes antre uns e outros, lhes deram os de Portalegre estas duas igrejas, para nelas rogarem a Nosso Senhor pelas almas daqueles que ali morreram naquela batalha, e até hoje são anexas ao priorado do Crato; e quando vaga algum benefício destas igrejas, o governador ou balio os provém, ou a mensa que tem na corte e cidade de Lisboa».

Como documentos monumentais do nascimento medieval de Portalegre, devemos ainda referir o Convento de S. Francisco (1275), o Convento de Sta. Clara (1376) e a Igreja do Espírito Santo (séc. XIV).

IV. Ficha descritiva de elementos históricos e urbanísticos disponíveis e sua cartografia (Fig. 7)

1. O Atalaião

Portalegre alcandorou-se na encosta concheada que definimos, no seu extremo sul, erigindo a sua fortaleza a 493 m de altitude (Fig. 1). Orlando Ribeiro fala-nos desta «atração pelos lugares inexpugnáveis, de tal modo que haverá poucos países com tantas cidades e vilas alcandoradas como Portugal» (27). Para nascente, na crista da serra, a 568,5 m de altitude e a 630 m de distância, possuía um posto de vigia importante, o chamado Atalaião (Fig. 1 e 2).

Este Atalaião, que vigiava os movimentos militares vindos de Espanha, não teria apenas funções de mera vigilância, uma vez que pela sua escala, robustez de construção e guarnecimento de mata-cães, dá-nos mais a ideia dum torreão defensivo. Inclusivamente, poderia contra-atacar, em surtidas rápidas, sitiante disposto na encosta, junto à alcáçova, servindo-se de bestas. Também as manganelas poderiam ser utilizadas com o mesmo objectivo.

Note-se que o declive do terreno exterior, nesta parte da cerca, tem inclinação contrária ao do restante circuito amuralhado, constituindo uma encosta que sobe para nascente, necessitando por isso de guarda-costas, se nos é permitido o termo. Por outro lado, se a fuga a ataques invasores se poderia fazer pela porta falsa (Fig. 4), para quem se defendia no último reduto, a fortaleza, apenas restaria a porta da torre de menagem, que dá precisamente para aquele espaço. Para esta manobra, o Atalaião era também um ponto de apoio estrategicamente importante.

2. O castelo, as cercas, as torres e as portas

Terminada a Reconquista em terras do Algarve, com D. Afonso III, caberia a D. Dinis a tarefa de defender as regiões conquistadas, construindo castelos, reedificando outros, promovendo o povoamento, lançando um grande empreendimento urbanístico. Antigos lugarejos destruídas pelo vaivém das algaras foram levantados, cidades novas de traçado geométrico foram arquitectadas e construídas.

«Conta-se que mostrando D. Dinis tanto zelo na reedificação dos castelos, pois em curto prazo levantou mais de cem, o rei de Castela lhe mandara perguntar como se explicava tanta fortificação se estava em paz». Respondeu D. Dinis «que por isso mesmo se justificava» (28).

Rui de Pina também refere que «Este Rei, em seu tempo, fez quasi de novo todas as vilas e castelos de Riba de Odiana» (29).

No que toca a Portalegre, a historiografia regional registou dois trabalhos que se tornaram pontos de referência: o de Lacerda Machado, *O Primeiro Alcaide-Mor de Portalegre E Sua Descendência* (1924) ⁽³⁰⁾ e o de Luís Gomes, *Nótulas Históricas sobre o Alto Alentejo/As Antigas Fortificações de Portalegre e o Primeiro Cerco Sofrido* (1937) ⁽³¹⁾.

São estes os trabalhos que também seguimos.

a) Castelo (Fig. 3)

Descrição de Lacerda Machado:

Pouco a pouco vai desaparecendo o mais antigo monumento de Portalegre, cujos alicerces mergulharam no embrião da vila, a renascer, possivelmente, das ruínas dum velho castro abandonado, donde desaparecera a vida num tufão de tragédia. Ninguém lhe recolheu a planta e alçados, — nem antes, nem depois da ligação das ruas do Poço e do Castelo, e da demolição do muro interior, que arrastou na sua derrota outros detalhes interessantes (...).

Pelo que ainda existe, por informações, devidamente cotejadas, de pessoas antigas, e pelo estudo cuidadoso do local, fiz a reconstrução constante dos desenhos juntos, que apresento com inteira convicção de não haver errado.

A torre de menagem tem três pavimentos.

O primeiro ou térreo, é hexagonal, coberto por uma abóbada ogival de laçaria, escada na espessura do muro, três buracos abertos ao centro da abóbada, quadrados, para por eles se lançar sobre os assaltantes cal virgem, substâncias ardentes, líquidos ferventes, etc.; a escada começa a mais de dois metros do solo, por uma exígua porta que só dava entrada a um homem de frente, e o acesso até essa porta fazia-se por uma pequena escada de mão, que se recolhia ao abandonar-se ao inimigo esse pavimento.

O segundo, também com abóbada artesoada, tem no fecho as armas reais, um machicoulis ou mata-cães sobre a porta do pavimento térreo, para defesa da entrada, uma área disponível de 8m,35x8m e a escada na espessura do muro, com pequena porta.

O terceiro pavimento ou eirado tinha oito ameias por lado e a escada na espessura do muro, como os anteriores.

A espessura dos muros do castelo é de 1m,30. Os parapeitos das torres têm um comandamento de 2m,15 sobre os eirados.

Sob o mesmo critério reconstitui a cerca de muralhas, que foi complemento das fortificações de Portalegre antes do uso da artilharia.

Esta reconstrução baseia-se nos documentos materiais ainda existentes, na tradição e nos preceitos da arquitectura militar da época aplicados ao terreno.

As torres da cerca exterior eram de tipo uniforme: secção quadrada, com 7 a 9 metros de lado, macissas até ao nível do caminho de ronda, com o qual comunicavam por uma porta estreita, a partir da qual uma escada da mesma largura dava acesso ao eirado.

Eram destinadas à consolidação das cortinas e ao flanqueamento, impedindo que os sitiados, aproximando-se ao abrigo dos manteletes e armando o gato, ou protegidos pelo tiro dos besteiros, praticassem nos alicerces trabalhos de mina, quando a muralha não assentava sobre rocha.

A distância entre as torres era, pois, determinada pelo alcance eficaz do tiro dos besteiros (150 pés) e das manganelas armadas nos eirados, as quais lançavam pedras e painéis de fogo grego, havendo manganelas que arremessavam projecteis de 100 quilos a 96 metros de distância ⁽³²⁾.

b) As cercas, as torres e as portas

Lacerda Machado refere que «Por vezes, ao abrirem-se caboucos para edificações, têm sido encontrados nas ruas do Pirão e da Figueira vestígios de fortes alicerces, que parecem duma muralha que definia o primitivo âmbito da vila. Quando, há poucos anos, se procedia a obras na casa sita na esquina daquelas ruas, tive ocasião de admirar a grande massa de alvenaria que constituía a sua subestrutura e que foi em parte retirada. Esta circunstância, a forma e o aspecto exterior que ainda conserva, deram-me a impressão duma velha torre» (33).

Ainda são visíveis estruturas de alvenaria desta hipotética cerca velha de D. Afonso III (Fig. 5).

Quanto às torres e portas da cerca, transcrevemos o estudo de Luís Gomes supracitado:

«D. Dinis construiu-lhe um forte castelo e cercou-a de duas ordens de muralhas em 1290, doze torres em igual distância capazes de artilharia, segundo no-lo afirmam vários escritores coevos.

Apenas conheço um escritor que afirma que as suas torres eram onze.

Quanto ao número das suas portas, existem dúvidas. Querem alguns que fossem oito, a saber: — Espírito Santo, Devesa, São Francisco, Postigo, Bispo, Elvas, Évora e Alegrete.

Querem outros que fossem apenas sete, assim denominadas - Alegrete, Postigo, Devesa, Bispo, Évora ou Porta Falsa, Elvas, e Pecegueiro ou S. Francisco.

Pela planta que acompanha este trabalho, vê-se que assim deve ser: — sete portas; das quais cinco de acesso ou grandes e duas portelas ou falsas — de serviço.

E por isto podemos e devemos, em nosso entender, denominá-las pelos seguintes nomes: — Alegrete, Postigo, Devesa, Crato ou Bispo, Évora ou Falsa, Elvas e Pecegueiro ou S. Francisco.

Destas eram portelas ou falsas, a de Évora ou Falsa, e a do Pecegueiro ou São Francisco; a primeira como a sua própria denominação o indica, e a segunda porque, como a primeira, eram viradas para o território nacional e contrárias portanto à fronteira de Espanha de onde era mais provável o ataque ou supresa, e, portanto, mais fácil e a coberto a saída de emissários da praça ou a entrada de socorros e auxílios.

As portas assim ficam bem designadas. Vejamos:

Alegrete — Porque dava ou estava orientada para a vetusta e antiga Vila de Alegrete, burgo fundado e acastelado por D. Diniz em 1319, dando-lhe então o foral.

Postigo — Do latim — «Porticum» — porta mais pequena, porta onde haja fresta ou vigia, donde se lorigue algo.

Devesa — Porque dava para a «Devesa» — alameda, mata cercada, lugar abundante em árvores ou pastos — e que se compunha do Rocio do Espírito Santo e Rocio de Fora.

Crato — Pelas razões já apresentadas; mais tarde teve a designação de «Porta do Bispo», após a criação do bispado na já ao tempo cidade, e por se ter construído próximo dela, junto à Sé, a residência episcopal.

Por estes motivos deve ter caído em desuso a designação primitiva, passando a figurar com a cognominação moderna, determinativo de uma localização do burgo.

Évora ou Porta Falsa — O primeiro proveniente de ficar em direcção da antiga cidade e que é a capital do Alentejo.

Elvas — Razões idênticas às da anterior, e perfeitamente marcantes, porquanto ainda hoje existe e mantem este nome a rua que a ela conduzia, cidade e forte praça de armas do nosso distrito.

Finalmente, «Torre do Pecegueiro» ou «São Francisco».

Ignoro absolutamente a origem ou razão do primeiro cognome. Na topomínia local ainda hoje existe a designação: — «Torre do Pecegueiro». Infelizmente, apesar do tempo gasto na rebusca de qualquer dado que me pudesse fornecer uma explicação, não me foi possível encontrar algo que me esclarecesse sobre o assunto.

Quanto à segunda designação, é fácil lobrigar as causas ou razões. O Convento de São Francisco, fora do antigo amuralhado de Portalegre, ficava-lhe quasi fronteiro, sendo circundado por terrenos que eram logradouro dos frades de aquele Convento, cuja construção é anterior ao da fortificação da amuralhada capital do Alto Alentejo.

Propositadamente não falei na «Porta do Espírito Santo», que não pode deixar de ser a da «Devesa». E isto, porquanto percorrendo-se todo o perímetro da muralha, entre a «Porta da Devesa» e a do «Postigo», onde o amuralhado estava até há pouco bem conservado em toda a cinta, hoje ocupada por quintais e, apenas rota, pela rua Benvindo Ceia, reconhece-se com inteira certeza que nenhuma solução de continuidade existia nessa cortina.

Portanto a porta do «Espírito Santo», nada mais foi do que a da «Devesa», nome este que perdurou, pois ainda hoje é designada e conhecida pelo «Arco da Devesa»⁽³⁴⁾.

Entre os estudos de Lacerda Machado e os de Luís Gomes há dois pontos de divergência que assinalamos, embora sem os comentarmos, por falta de elementos com que possamos dar razão a um ou a outro. Assim, para Lacerda Machado, Porta de Alegrete, de S. Francisco ou do Pessegueiro, eram várias designações de uma só porta, enquanto que para Luís Gomes, Porta de Alegrete era uma e de S. Francisco ou do Pessegueiro era outra. Por outro lado, Lacerda Machado fala na Poterna, enquanto que na planta de Luís Gomes ela não é referida chamando *falsa* à de Évora (confrontar Figs. 4 e 6). A planta de Portalegre de 1801, que António Ventura dá a conhecer nesta revista e que gentilmente nos deixou utilizar, parece dar alguma razão a Luís Gomes, assinalando a existência duma porta (*do Lovato*), onde este estudioso apontava a existência da *do Pessegueiro* ou de *S. Francisco*.

3. Área

A muralha de D. Dinis delimita um espaço intramuros com mais de 9 ha de área. Este casco antigo situa-se como já dissémos a meia encosta, num outeiro quase destacável a sul, correndo o amuralhado entre as cotas de 459 m, a norte, e 493 m, a nascente.

4. Propriedade régia

A cidade medieval, tal como existiu no séc. XII, era uma comuna comercial e industrial que habitava dentro de um recinto fortificado, gozando de uma lei, de uma administração e de uma jurisprudência excepcionais que faziam dela uma pessoa colectiva privilegiada⁽³⁵⁾.

Henri Pirenne

Fruto da Reconquista, a vila de Portalegre pertenceria à jurisdição dos Templários nas primeiras décadas do séc. XIII. Também a sabemos integrada no concelho de Marvão até ao seu primeiro foral. Como vimos atrás, em 1253 já constituía um concelho, mas só receberia foral de D. Afonso III em 1259.

Em 1271, em carta datada de 11 de Outubro, D. Afonso III doa Portalegre ao infante D. Afonso Sanches, juntamente com Marvão, Vide e Arronches, o que viria mais tarde a gerar guerra civil, que terminaria com a conquista dos castelos por D. Dinis. O de Portalegre caiu em poder do monarca em Outubro de 1299⁽³⁶⁾. Em carta de 18 de Novembro de 1299, D. Dinis estabelecia que a propriedade da vila caberia sempre à Coroa: «nem a infante, nem a rico homem, nem a rica dona, mas ser d'El-Rei e de seu filho primeiro herdeiro»⁽³⁷⁾. Durante a Guerra da Independência, o povo toma o castelo, governado por D. Pedro Álvares Pereira (5.º Alcaide-Mor), partidário de D. Beatriz, o que lhe vale o título de «Leal», atribuído por D. João I em alvará de 6 de Julho de 1387. Uma vez mais reafirma a cidade o direito à dependência directa da Coroa.

Os portalegrenses lutaram por este privilégio com leal porfia, quando D. Afonso V pretendeu dar o senhorio de Portalegre a D. Sancho de Noronha, conde de Odemira e Alcaide-Mor de Estremoz e Elvas. D. Afonso V confirmará este privilégio em Veiros, a 20 de Março de 1460⁽³⁸⁾. Em episódio semelhante lutarão os portalegrenses no tempo de D. Manuel I, pelo seu privilégio, mantendo-o uma vez mais.

Durante a Idade Média a alcaidaria de Portalegre esteve entregue aos seguintes nobres⁽³⁹⁾:

- 1.º Ayres Cabral (desde 1300)
- 2.º Vasco Martins (ou Rodrigues) Leitão (de 24 de Setembro de 1369 a 7 de Junho de 1380)
- 3.º Vasco Pires de Camões
- 4.º D. João Afonso Telo
- 5.º D. Pedro Álvares Pereira
- 6.º Gonçalo Esteves de Tavares
- 7.º Martim Gonçalves de Tavares (detinha também as alcaidarias de Assumar e Alegrete).
- 8.º Gonçalo Esteves Tavares
- 9.º Pedro Tavares
- 10.º Sebastião Rodrigues da Grã (simultaneamente alcaide-mor de Alter do Chão e Assumar)
- 11.º D. Diogo da Silva de Meneses (nesta família se manteve o título desde 1498, durante 180 anos).

Portalegre recebe foral novo no reinado de D. Manuel, a 29 de Março de 1511, e será elevada à categoria de cidade por D. João III em 1550.

5. *Inserção administrativa a nível eclesiástico*

Portalegre estava adstrita à diocese da Guarda pela Concordata de 1278, da qual só se desmembrará pela Bula de 18 de Agosto de 1549 (Paulo III), constituindo desde então um bispado autónomo.

6. *Paróquias/Ruas e lugares (Fig. 7)*

6.1. Paróquias com as ruas e lugares que englobavam a 1 de Fevereiro de 1304 (1):

Paróquia de Santa Maria de Portalegre, chamada do Castelo:

— *Rua de Elvas; lugar chamado Rechouso; Rua dos Sapateiros e dos Curtidores; albergaria de S. Vicente.*

Paróquia de Santa Maria a Grande:

— *Rua dos Banhos e do Poço de S. Martinho das Lamas; Rechouso; pelo chafariz por toda a rua de Besteiros; Porta da Alcçova; arrabalde da Torre de Pessegueiro; Postigo de S. Tiago.*

Paróquia de Santa Maria Madalena:

— *Rua dos Sapateiros e dos Curtidores; poço de Pero do Rego; Fonte Nova; Rua dos Pisões; fosso da Alcçova; torna para rua dos Besteiros.*

Paróquia de S. Tiago:

— *Rua de Retaixo; fosso do Castelo; Postigo de S. Tiago; Rua de Pincho; azinhaga diretamente para a Torre de Pombal; arrabalde; Fonte do Cortiço; Rua dos Caldeireiros; largo de Santa Cruz.*

Paróquia de S. Pedro:

— *Rua de Gaia; Rua da Devesa; arrabalde; portal de Elvas.*

Paróquia de S. Vicente:

— *Rio; Portelos; Albergaria de S. Vicente; casas do Hospital.*

Paróquia de S. João:

— *Próximo do Rio; Portelos; Rua dos Cutileiros.*

Paróquia de S. Martinho:

— *Rua da albergaria de S. Martinho; Porta da Devesa; Rua do Cadafaz até Pombal; torna do arrabalde pela Cruz; fosso.*

Paróquia de S. Lourenço:

— *Divide com as paróquias e limites das igrejas de S. Pedro, S. Martinho e S. Tiago.*

(Notas: excluimos as ruas e lugares apenas referenciados pelo nome de um dos moradores; quando a mesma rua ou lugar aparecem referidos em paróquias diferentes, tal significará que não pertencem, por inteiro, a uma só paróquia, como é óbvio.)

6.2. José Geraldês Freire ⁽⁴⁰⁾ faz referência a três documentos datados de 22 de Novembro de 1299, nos quais D. Dinis atribuiu Santa Maria do Castelo de Adelaide à Ordem de Avis, Santa Maria a Grande à Ordem do Templo, e a Ordem de Santiago concede as igrejas de S. Lourenço, S. Pedro, S. João e S. Vicente. O mesmo autor faz ainda referência a um outro documento, com a mesma data, no qual o rei atribuiu à Ordem do Hospital as igrejas de S. Tiago e S. Martinho. Santa Maria Madalena fora retirada aos Cónegos Regentes de S. Agostinho do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra e já pertencia também aos Hospitalários.

6.3. Outras referências ⁽⁴¹⁾

- Rua de Santa Maria do Castelo.
- Judiaria.

7. Igrejas em 1321 e seus rendimentos taxados pelo Bispo da Guarda ⁽⁴²⁾

— Igreja de Santa Maria Grande (que parece que é da Ordem de Cristo), 150 libras.

O comum dos raçoeiros dela, 50 libras.

— Igreja de Santa Maria do Castelo (que é da ordem de Aviz), 161 libras.

— Igreja de Santa Maria Madalena, 40 libras.

— Igrejas de S. João e S. Vicente (que andam unidas e são da Ordem de S. Tiago), 60 libras.

— As igrejas de S. Tiago, S. Martinho e S. João (?) são da Ordem do Hospital.

8. Ermidas (Fig. 7)

- Espírito Santo.

9. Conventos (Fig. 7)

— S. Francisco (no Corro ou arrabalde do mesmo nome) fundado em 1275.

— Santa Clara (entre a Rua de Elvas e a Igreja de Santa Maria do Castelo, no local onde D. Fernando possuía um palácio) fundado em 1376.

10. *Arrabaldes* (Fig. 7)

a) *Deveza*

Em 1274 já existia este arrabalde, com a ermida e hospital do Espírito Santo (⁴³).

b) *Corro, de S. Francisco ou da Torre do Pessegueiro*

Também já existia no séc. XIII, onde os franciscanos construíram o seu convento e onde Iria Gonçalves (mãe de Nuno Álvares Pereira) morava, segundo Fernão Lopes.

11. *Albergarias e hospitais* (Fig. 7)

— Hospital instituído a 15 de Agosto de 1274 por Pedro João Domingos e sua mulher Maria Domingues (⁴⁴).

— O doc. de 1304 (1) refere as albergarias de S. Vicente e S. Martinho.

— No mesmo documento se refere a existência de um hospital junto à albergaria de S. Vicente.

12. *Fontes, poços, banhos públicos (?) e adegas* (¹)

— *pelo chafariz por toda a rua de Besteiros*

— *fonte Nova*

— *fonte do Cortiço*

— *poço de Pero do Rego*

— *Rua dos Banhos e do Poço de S. Martinho das Larvas*

— *forno de Vicente Alvares*

— *adega de João Gonçalves*

— *adega que foi de Silvestre Alcoba*

— *adega de Pedro João Domingos às portas de Alegrete* (⁴⁴)

13. *População*

— Como sabemos, até ao momento é impossível calcular com algum rigor a população portuguesa da Idade Média. Os métodos a que se tem lançado mão comportam grandes contradições e omissões (lista de tabeliães de 1290, rol das igrejas de 1320/21, rol dos besteiros do conto de 1422, e mesmo planta dos assentamentos em cortes de 1411/12 e o «numeramento» de 1527/32, já na Idade Moderna). A título de curiosidade, podemos dizer que, segundo estes métodos de cálculo, as melhores posições que Portalegre

ocupa entre de localidades mais populosas são, a 8.^a, segundo o rol das igrejas, e a 9.^a, no «numeramento». Segundo este, Portalegre tinha 1200 fogos. Acima deste valor apenas se contavam as cidades de Guimarães (1400), Porto (3000), Coimbra (1300), Santarém (2000), Lisboa (13000), Elvas (1900), Évora (2800), Lagos (1300) e Tavira (1500) (⁴⁵).

14. *Referências a profissões*

(1304) — Sapateiros, Curtidores, Besteiros, trabalhadores dos Pisões, Ferreiros? (Pincho), Caldeiros, Cutileiros e trabalhadores de fornos e adegas (⁴).

(Séc. xv) — Alfaiates, Tecelões, Gibiteiro, Sapateiros, Ferreiros, Ourives, Tosadores, Físicos e Cirurgiões (⁴⁶).

15. *Bairros diferenciados*(Fig. 7)

a) Judiaria

Segundo Maria J. P. Ferro Tavares (⁴⁶), a comuna judaica portalegrense ter-se-á constituído no séc. XIV. Está provada, historicamente, a sua localização. Assim, as actuais ruas Nova e de S. Lourencinho pertenciam à judiaria, se bem que haja notícia de que Diogo Álvares Gago (trapeiro e mercador) morasse na Rua dos Sapateiros (que não conseguimos localizar) e que Fernão Álvares Gago morasse na Rua da Cadeia. O topónimo S. Lourencinho provém da capela do mesmo nome que, nos sécs. XVII e XVIII, se encontrava na Rua Nova. Resultado, talvez, duma tentativa de cristianização do lugar após a expulsão e conversão forçada dos judeus por D. Manuel I.

A especialista que referimos supra, refere também a possibilidade de existência dum cemitério judeu nas proximidades da igreja do Espírito Santo.

b) Mouraria

Sobre os muçulmanos, apenas temos como referência histórica a toponímia duma rua, extramuros, como tinha que ser: a Rua da Mouraria (também os topónimos *aljamas* e *arrabaldes* podem ter o mesmo significado). À sua volta constatamos ainda a estreiteza das ruas, o traçado descontínuo dos seus cruzamentos, o beco, mas só com alguma imaginação podemos ler no local a lógica urbanística muçulmana.

16. *Portas com ombreiras góticas*

- Rua da Figueira (três).
- Rua do Castelo (uma)
- Rua de S. Lourencinho (uma).

V. Análise morfológica

Estas cidades perfeitamente definidas pela sua cercadura de muralhas, que desempenha o mesmo papel que a moldura na obra de arte, com os seus volumes sabiamente proporcionados e presididos pela dominante da catedral ou do castelo (...) A cidade medieval é um meio homogéneo (...) e, não obstante, nenhuma rua se confunde com outra, nenhuma praça ou praceta deixa de ter a sua própria linguagem, perfeitamente hierarquizadas (47).

Fernando Chueca Goitia

Se Portalegre não é o melhor exemplo das cidades regulares (classificação de Dickinson) como o são as «bastides» francesas e as cidades dionisianas portuguesas que nasceram *ex nihilo*, não nos parece correcta a análise de Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, de que Portalegre cresceu por organicismo, isto é, cresceu sem programa, ao sabor das necessidades imediatas⁽⁴⁸⁾. De facto, Portalegre também obedeceu ao programa dionisiano das cidades de padrão geométrico, tal como Monsaraz, Vila Viçosa, Alegrete, etc., embora, no nosso caso, o forte declive em direcção à porta principal (Devesa), tenha orientado o traçado das ruas como que por gravidade. Note-se que o castelo tem a cota de 493 m, a Praça está a 479 m e a Porta da Devesa ocupa a posição mais baixa, a cerca de 459 m (Fig. 7).

É curioso verificar que tudo aconteceu como se de uma enorme tina de água (a cerca) se tratasse, escoando-se o líquido (as ruas) por gravidade. O «ralo» corresponderia à Porta da Devesa. Esta morfologia está bem patente em todas as plantas disponíveis e planta de 1801 — v. artigo de A. Ventura nesta revista). (Figs. 7 e 8).

Na Fig. 8 (1704), a parte alta da cidade, que corresponde à zona a sul da Rua da Carreira, o geometrismo está bem evidente: as ruas intersectam-se perpendicularmente, adossando-se os rectângulos à obliquidade da cerca, formando figuras trapezoidais.

Na zona a norte daquela rua, o traçado escoá-se por gravidade em direcção à Praça de S. Martinho, para fluir depois por uma só via pela Porta da Devesa. Ainda aqui podemos notar o geometrismo, já que as ruas que confluem no Largo do Pocinho (Rua Luís de Camões), desenham triângulos muito semelhantes, como se fossem sectores circulares dum círculo cujo centro se situa naquele largo (Figs. 7 e planta de 1801). Esta figura não está tão evidente na planta de 1704: trata-se duma carta militar de traçado muito grosseiro. Mas ainda aqui o escoamento das ruas em direcção à Porta da Devesa é nítido.

Devemos atender a que Portalegre já existia antes dos novos traçados dionisianos, e assim, a sua progressiva expansão apresenta este geometrismo

«tardio» (e note-se que o geometrismo não é um exclusivo da quadratura), o que está de acordo com as conclusões de Jorge Gaspar:

«Parece-nos que o problema da morfologia urbana geométrica, intencional, na Idade Média, se deve pôr nos seguintes termos: embora se tivesse perdido o uso dos padrões hipodâmico e romano, a organização dos exércitos, e a outra escala a arquitectura, mantiveram certas formas geométricas ao longo de um largo período em que as cidades estagnaram, decaíram ou desapareceram mesmo. Quando o rei ou grande senhor dispõe de poder e gente para levantar uma nova vila, então aparece o padrão geométrico. Quando as cidades existentes entram em grande expansão, desde que o poder central disponha de autoridade, impõe-se um padrão geométrico às novas extensões urbanas» (49).

Se este geometrismo revela a intencionalidade dum poder forte, ele decorre também da gramática urbanística de autores antigos, como S. Agostinho, Ibn Kaldun ou Eixmenic. Notemos ainda que Portalegre beneficia dum incremento urbanístico assinalável do séc. XVI em diante, mantendo este geometrismo sempre adossado ao relevo. Assim, o bairro lançado no arrabalde do Corro sobe a encosta segundo ruas paralelas: Rua Dr. José Maria Grande, Rua Heliodoro Salgado, Rua Cândido dos Reis, Rua da Cooperativa, Rua Artilharia Montanha, cortadas por ruas perpendiculares. Por outro lado, o ponto de escoamento salta da Porta da Devesa para o Rossio (a cota mais baixa da cidade, 442 m), e tal como acontecera antes, a confluência do traçado das ruas naquele ponto gera nova triangulação (Fig. 7 e planta de 1801), ou seja, novo geometrismo.

Este despejar da cidade pela encosta abaixo, não é mais do que a procura da confluência de caminhos, quando a função comercial se começa a impor à defensiva. No Rossio terá lugar a nova praça mercantil. Este tropismo urbano é assinalado por Nazario Gonzálvez:

«La ciudad siente constantemente una necesidad de bajar a la llanura como expresión de la vocación, mas comercial y burguesa que política y guerrera... Vemos, en efecto, cómo, a lo largo de la Edad Media, las iglesias, las calles con el bagaje de sus nombres, los palacios de los nobles, siguen un movimiento descendente desde la ladera del cerro hacia sitios cada vez mas llanos y bajos» (50).

Dentro da cerca há 7 paróquias, e as igrejas paroquiais, que agregam por vezes uma albergaria ou um hospital (S. Vicente e S. Martinho - movimento de amparo cristão que é o precursor das misericórdias), possuem os

seus adros, que mais não são do que o seu espaço vital ou a imagem do seu estatuto urbanístico. Estes logradouros das igrejas foram exportados para o Norte de África: é o caso de Mazagão. Estatuto de quem enquadra «fregueses», e concomitantemente, os espaços por eles habitados. As mais importantes são Santa Maria do Castelo e Santa Maria Maior, curiosamente a cotas mais elevadas do que qualquer das outras, dando a ideia de que a maior altitude é apanágio da maior importância social das estruturas urbanas.

Unindo as duas grandes paróquias, corre uma das ruas mais importantes da cidade, a da Carreira. Deve o seu nome ao trânsito de carros e cavalos que a percorriam em direcção ao arrabalde do Corro (espaço de recreação e comércio, onde ainda este século se realizava o mercado das quartas-feiras), ou em direcção à Praça, onde se situava o primitivo mercado da cidade. Os arrabaldes impor-se-iam mais tarde comercialmente, porque mais desafogados e próximos das encruzilhadas dos caminhos principais.

O centro nevrálgico da cidade era então a Praça (Fig. 9):

— lugar de comércio, onde desembocava a Rua dos Açougues, e na proximidade da Judiaria, bairro diferenciado e protegido, vocacionado para essas actividades pouco cristãs; *nullus christianus debet essere mercator* (S. Tomás de Aquino);

— lugar de poder, onde se situava possivelmente a sede do concelho, a casa de reunião dos vereadores - não há vestígios de pelourinho, mas a escassos metros se situava a cadeia (Fig. 7).

A Praça estava ligada à Porta de Alegrete através da Rua da Carreira, como já dissemos, mas também à Porta da Devesa, a maior da cidade, através de outra rua em linha recta (actual Rua da Sé) e perpendicular à primeira. Assim se definiram as duas ruas principais do burgo medieval intramuros, ligando à Praça o dos arrabaldes e as duas portas mais importantes (Figs. 7 e 10).

Outra rua importante era a Rua de Elvas, perpendicular à da Carreira, e que se prolongava através da Rua da Cadeia em direcção à Porta da Devesa, o escoadouro de todas as ruas da cidade.

Já falámos do Arrabalde do Corro (de S. Francisco ou do Pessegueiro), criado concerteza por influência do Convento de S. Francisco e do caminho para Alegrete; falemos agora da Corredoura e do Arrabalde da Devesa.

Para a Corredoura dava acesso a Porta do Postigo, trasladada do seu primitivo lugar e hoje adossada na parede a poucos metros a sul. Por esta porta entrava e saía o gado vindo da pastagem ou em direcção aos açougues da Praça. O topónimo Corredoura sempre esteve ligado a estes movimentos de gado.

Relativamente ao grande arrabalde da cidade, o da Devesa, do Rossio ou do Espírito Santo, nele se desembocava através da Porta da Devesa. No topo norte deste arrabalde situava-se a ermida do Espírito Santo, depois igreja no séc. XIV. A Rua Direita (da Devesa) tinha a nascente a Mouraria, outro bairro diferenciado mas periférico que, morfologicamente, confluía no Rossio em extensas ruas rectas (Fig. 7 e planta de 1801).

Esta diferenciação de bairros (Mouraria e Judiaria), a zona bem demarcada de palácios (de D. Fernando, onde depois se construiu o Convento de Santa Clara, e de D. Nuno de Sousa, do princípio do séc. XVI, na Rua do Carreira), as ruas destinadas aos artífices (Sapateiros, Curtidores, Besteiros, Pisões, Pincho, Caldeireiros, Cutileiros, etc.), e a zona de recreação que constituía o Corro, fazem-nos pensar de facto numa cidade planificada, e não numa cidade que cresce por «organicismo», com promiscuidade de funções. Jorge Gaspar pergunta a este respeito:

«Estaremos também a caminho da assumpção global (total) do Corporativismo (...)?»⁽⁵¹⁾

Das paróquias extramuros, a de S. Lourenço, bem no coração da Mouraria, organizava os «fregueses» do Arrabalde da Devesa. Primitivamente é de supor que se destinasse a contrariar algum resquício de influência muçulmana, tal como a desaparecida capela de S. Lourencinho, na Rua Nova, se destinaria a lembrar a cristãos novos as suas novas obrigações. Finalmente a paróquia de S. Pedro, talvez a de maior extensão territorial, organizava as populações que habitavam toda a região poente exterior à cerca, com excepção dos hortelões do «rio» e de Portelos, que curiosamente pertenciam, pelo menos em parte, à igreja de S. João, intramuros.

Finalmente, em relação ao castelo, chamo a atenção para o facto de ainda hoje ser possível, pelo destaque a porteados dos quintais adjacentes (Fig. 7), comprovar que o espaço vital à sua defesa estava desimpedido em tempos recuados. Esta técnica permitiu-nos ainda concluir que, ocupando estas manchas verdes o centro dos blocos, o critério de construção não foi ocasional (como acontece na cidade muçulmana), mas ao longo de ruas pré-estabelecidas, cruzando-se mais ou menos perpendicularmente. A gramática cristã é evidente: moradias à frente na maioria de um só piso, viradas para a rua, esse meio de comunicação social na sua expressão mais alargada, figurando os quintais, como *hortus conclusus*, nas traseiras. Estes quintais, hortas, almuinhas, ferragiais, (*chãos*), sobejamente documentados em cartas de aforamentos e nas plantas conhecidas das nossas cidades medievais, geralmente encostados à cerca, intramuros, nas suas mais diversões (Fig. 7), serviam à recolha de gados e à produção de alimentos frescos

em casos de cerco. Tinha, por isso, também, uma função defensiva em termos de estratégia militar.

Extramuros, estendia-se outra rede de hortas e terrenos de pastagem, como ficou amplamente documentado nos desenhos de Duarte d'Armas.

Não podia ser outra a morfologia de Portalegre, como cidade cristã, já que, como qualquer sociedade o faz, também a cristandade medieval projectou no terreno o que de mais profundo a constituía: os seus valores, as suas relações sociais e económicas, a sua cultura. Tudo isto aparece nas cidades, e também em Portalegre, projectado no lugar próprio, com o estatuto próprio, dentro duma hierarquia que se deixa ler com facilidade.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(¹) MÁRIO VIANA, «Notas sobre a organização paroquial de Portalegre em 1304», A CIDADE - Revista Cultural de Portalegre, n.º 6 (Nova Série), Portalegre, 1991, p. 73.

José Geraldes Freire, no seu artigo «As paróquias de Portugal em 1304», A CIDADE — Revista Cultural de Portalegre, n.º 10, 1983, P. 29, faz referências ao mesmo documento embora não o transcreva.

(²) MALATO-BELIZ, J., *Valor Científico e Interesse Didáctico da Flora e da Vegetação da Serra de S. Mamede*, Clube de Biologia e Geologia da Serra de S. Mamede, Portalegre, 1986.

(³) MANUEL INÁCIO PESTANA, «Portalegre Setecentista/Subsídios documentais dos Livros do Senado Municipal», A CIDADE - Revista Cultural de Portalegre, n.º 7 (Nova Série), Portalegre, 1992, p. 211 e seg.

(⁴) PEIXOTO, José Pinto - *O Homem, o Clima e o Ambiente - I / O Sistema Climático e as Bases Físicas do Clima*, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Lisboa, 1987.

(⁵) ARRAIS, D. Frei Amador - *Diálogos*, Lello & Irmão - Editores, Porto, 1974, p. 236.

(⁶) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Ed. Enciclopédica Lda., V. 22, Lisboa e Rio de Janeiro, p. 551.

(⁷) SOTTOMAIOR, Diogo Pereira - *Tratado da Cidade de Portalegre*, Co-edição Imprensa Nacional - Casa da Moeda/Câmara Municipal de Portalegre, Vila da Maia, 1984, p. 35.

(⁸) Idem, p. 36.

(⁹) ARRAIS, D. Frei Amador, ob. cit. p. 236.

(¹⁰) JORGE OLIVEIRA, «A Estátua Romana da Escusa/Aramenha-Marvão», IBN MARUÁN — Revista Cultural do Concelho de Marvão, n. 1, Novembro de 1991, pp. 85 e seg.

(¹¹) Idem, p. 86.

(¹²) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, ob. cit. p. 41.

(¹³) Idem, p. 45.

(¹⁴) Idem, p. 46.

(¹⁵) SILVA, Aurélio Nunes da - *Portalegre na História Militar de Portugal*, Ed. Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário da Cidade de Portalegre, cita Pinho Leal, p. 121.

- (16) Idem, p. 8.
- (17) Idem, pp. 7 e 8.
- (18) VÍTOR MANUEL DE OLIVEIRA JORGE E EDUARDO CUNHA SERRÃO, «Materiais Líticos da Jazida Pré-Histórica do Porto da Boga», in *Actas do 2.º Congresso Nacional de Arqueologia*, V. 1, Coimbra, 1962, pp. 79 a 91.
- (19) AGOSTINHO F. ISIDORO, *Antas do Concelho de Portalegre, Trabalhos do Instituto Doutor Mendes Correia*, Porto, 1969.
- (20) ANTÓNIO VENTURA, «As Obscure Origens», *A CIDADE — Revista Cultural de Portalegre*, Portalegre, Maio de 1981, p. 9.
- (21) ANTÓNIO CARIA MENDES E ARTUR BORGES, «A Lápide Árabe da Serra de S. Mamede», *IBN MARUAN — Revista Cultural do Concelho de Marvão*, n.º 1, Novembro de 1991, pp. 59 e seg.
- (22) SILVA, Aurélio Nunes da, ob. cit. p. 10.
- (23) Idem.
- (24) Idem, pp. 10 e 11
- (25) Idem, p. 122, cita Rodrigues de Gusmão em artigo intitulado «Hospital de Portalegre», no v. V, p. 65, *Arquivo Pitoresco*.
- (26) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, ob. cit., p. 58.
- (27) «Cidade. Evolução», artigo de Orlando Ribeiro no D.H.P., dir. de Joel Serrão, Livraria Figueiredo, Porto, V.II, p. 60.
- (28) SILVA, Aurélio Nunes da, ob. cit. p. 13.
- (29) RUI DE PINA - *Crónica de D. Dinis*, Cap. XXXII, ed. Liv. Civilização, Biblioteca Histórica - Série Régia, Porto, 1945, pp. 322 e 323.
- (30) MACHADO, F. A. Lacerda - *O Primeiro Alcaide-Mor de Portalegre E Sua Ascendência*, 1287-1924, Elvas Tip. Progresso, pp. 18 e 19.
- (31) GOMES, Luís, - «Nótulas Históricas sobre o Alto Alentejo/As Antigas Fortificações de Portalegre e o Primeiro Cerco Sofrido», *Brados do Alentejo* (Estremoz), 18 de Julho de 1937.
- (32) MACHADO, F. A. Lacerda, ob. cit. pp. 17 e 18.
- (33) Idem, pp. 18 e 19.
- (34) GOMES, Luís, artigo cit.
- (35) PIRENNE, Henri - *Medieval Cities: Their Origin and the Revival of Trade*, Princeton, University Press, 1925, p. 82.
- (36) SILVA, Aurélio Nunes da, ob. cit. p. 24.
- (37) Idem.
- (38) Idem.
- (39) Idem, pp. 26 e seg.
- (40) Freire, J. Geraldés, artigo citado.
- (41) ANACLETO MARTINS, «A propósito da judiaria de Portalegre», *A CIDADE — Revista Cultural de Portalegre*, n.º 8/9, 1983.
- (42) CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e Distrito da Guarda*, Typographia Universal (a Vapor), Porto, 1902, anexos.
- (43) SILVA, Aurélio Nunes da, ob. cit. pp. 10 e 11.
- (44) Informação duma lápide exposta no Museu Municipal de Portalegre; inscrita em latim, datada de 15 de Agosto de 1274.
- (45) ORLANDO RIBEIRO, artigo citado.
- (46) MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO TAVARES, dados recolhidos em «Judeus e cristãos novos, no distrito de Portalegre», *A CIDADE — Revista Cultural de Portalegre*, n.º 3, (Nova Série), Portalegre, 1989, pp. 37 e seg.
- (47) GOITIA, Fernando Chueca — *Breve História do Urbanismo*, Ed. Presença, p. 94.
- (48) RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Paulo - *Portalegre*, Ed. Presença, Lisboa, 1988, p. 44.
- (49) GASPAS, Jorge - *A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média*, Separata de *FINISTERRA — Revista Portuguesa de Geografia*, v. IV, Lisboa, 1969, pp. 213 e 214.
- (50) Cit. in ALVAREZ, José Estébanes - *Las Ciudades/Morfología y Estructura*, Ed. Síntesis, p. 31.
- (51) GASPAS, Jorge, ob. cit. p. 244.

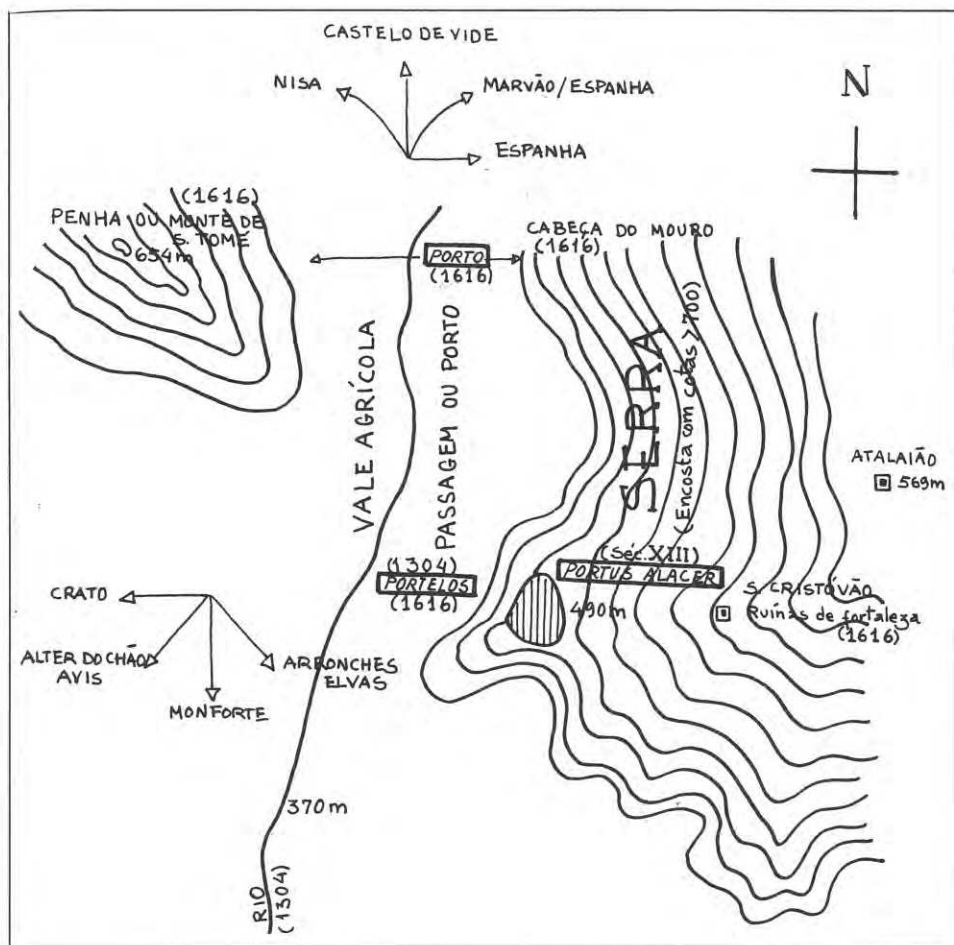


Fig. 1 — Esquema da implantação topográfica e geográfica de Portalegre. Repare-se na frequência do topónimo porto, indicando, talvez, a mais ancestral utilização humana destes lugares.
 Nota: as datas que figuram entre parêntesis, indicam a referência mais recuada aos topónimos e outros vestígios.

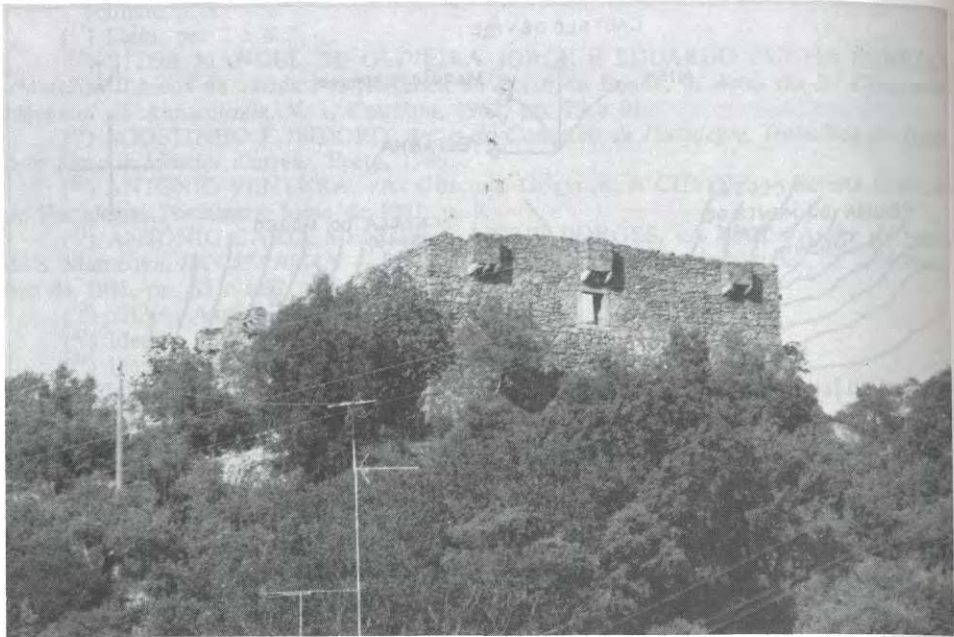


Fig. 2 — Atalaião.

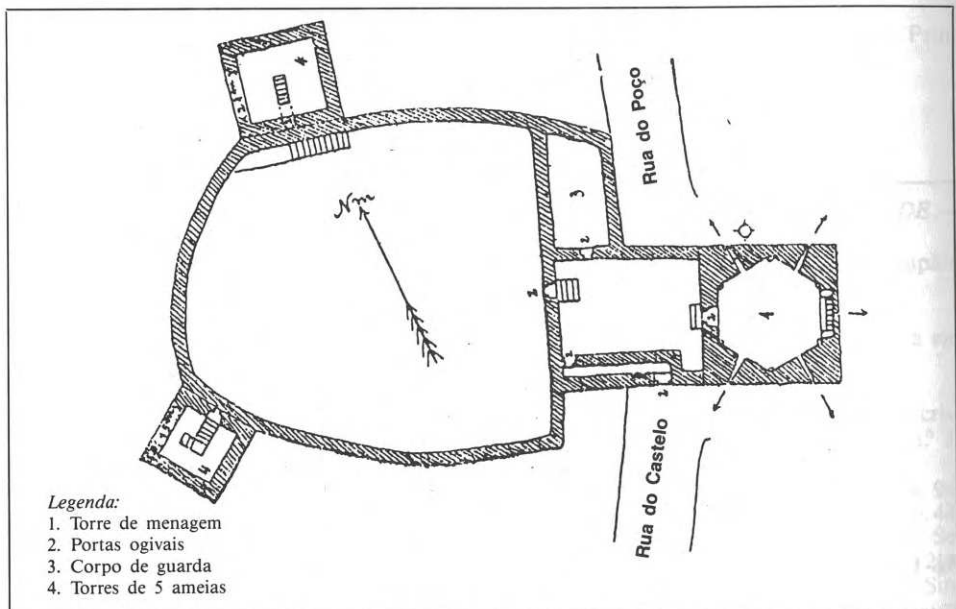
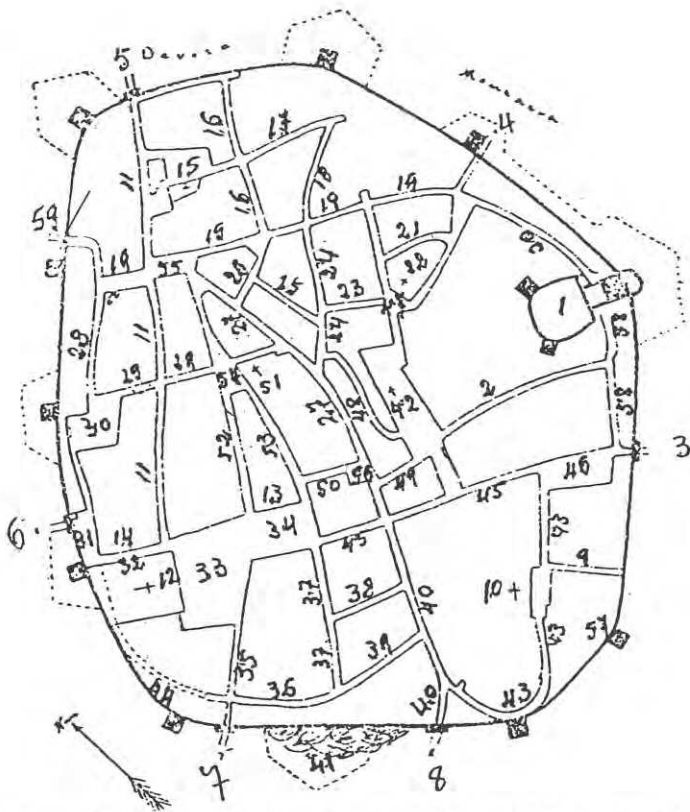


Fig. 3 — Planta do castelo (Lacerda Machado).



Legenda:

1. Castelo; 2. Rua dos Besteiros; 3. Porta de Alegrete, de S. Francisco ou do Pessegueiro; 4. Porta do Postigo; 5. Porta da Deveza ou do Espírito Santo; 6. Porta do Bispo; 7. Porta de Évora ou Falsa; 8. Porta de Elvas; 9. Rua do Lobato; 10. Convento de Santa Clara; 11. Rua da Sé; 12. Sé; 13. Paços do Concelho; 14. Seminário; 15. S. Martinho; 16. Rua do Cadafaz; 17. Rua de S. Martinho; 18. Rua da Maceira; 19. Rua do Pirão; 20. Rua do Poço; 21. Trav. de S. Tiago; 22. S. Tiago; 23. Rua de S. Tiago; 24. Rua do Chantre; 25. Rua do Loureiro; 26. Trav. da Rua do Pirão; 27. Rua da Cadeia; 28. Rua da Figueira; 29. Trav. da Rua da Sé; 30. Largo de S. Vicente; 31. Largo do Paço; 32. Rua do Seminário; 33. Largo da Sé; 34. Praça Municipal; 35. Rua do Arco; 36. Rua do Lourencinho; 37. Rua Nova; 38. Trav. da Rua Nova; 39. Trav. da Rua de Elvas; 40. Rua de Elvas; 41. Rochedos; 42. Madalena; 43. Rua de Santa Clara; 44. Traçado conjectural da Rua do Diabo, absorvida pela construção da Sé; 45. Rua da Carreira; 46. Largo de S. Agostinho; 47. Largo de S. Tiago; 48. Rua da Paciência; 49. Trav. de S. Bento; 50. Trav. da Rua da Cadeia; 51. Misericórdia; 52. Rua dos Açougues; 53. Rua da Misericórdia; 54. Largo da Misericórdia; 55. Largo do Pocinho; 56. Largo da Cadeia; 57. Torre do Pessegueiro; 58. Rua do Castelo; 59. Poterna.

Fig. 4 — Planta de Portalegre antiga (Lacerda Machado).

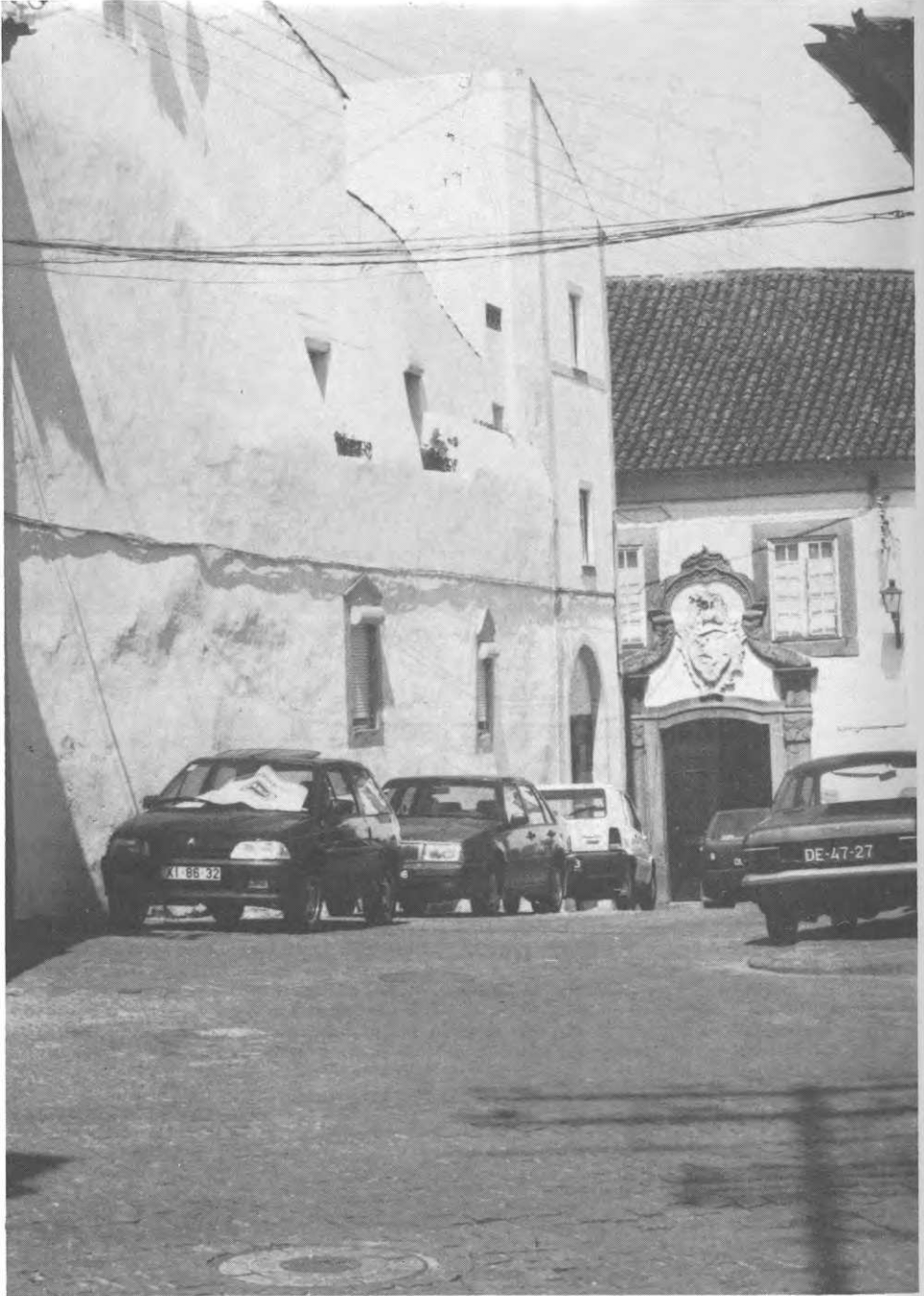


Fig. 5 — Estrutura de alvenaria a que se adossaram habitações (confluência da Rua do Pirão com a Rua da Figueira).



Fig. 6 — Planta da cidade antiga (Luís Gomes).

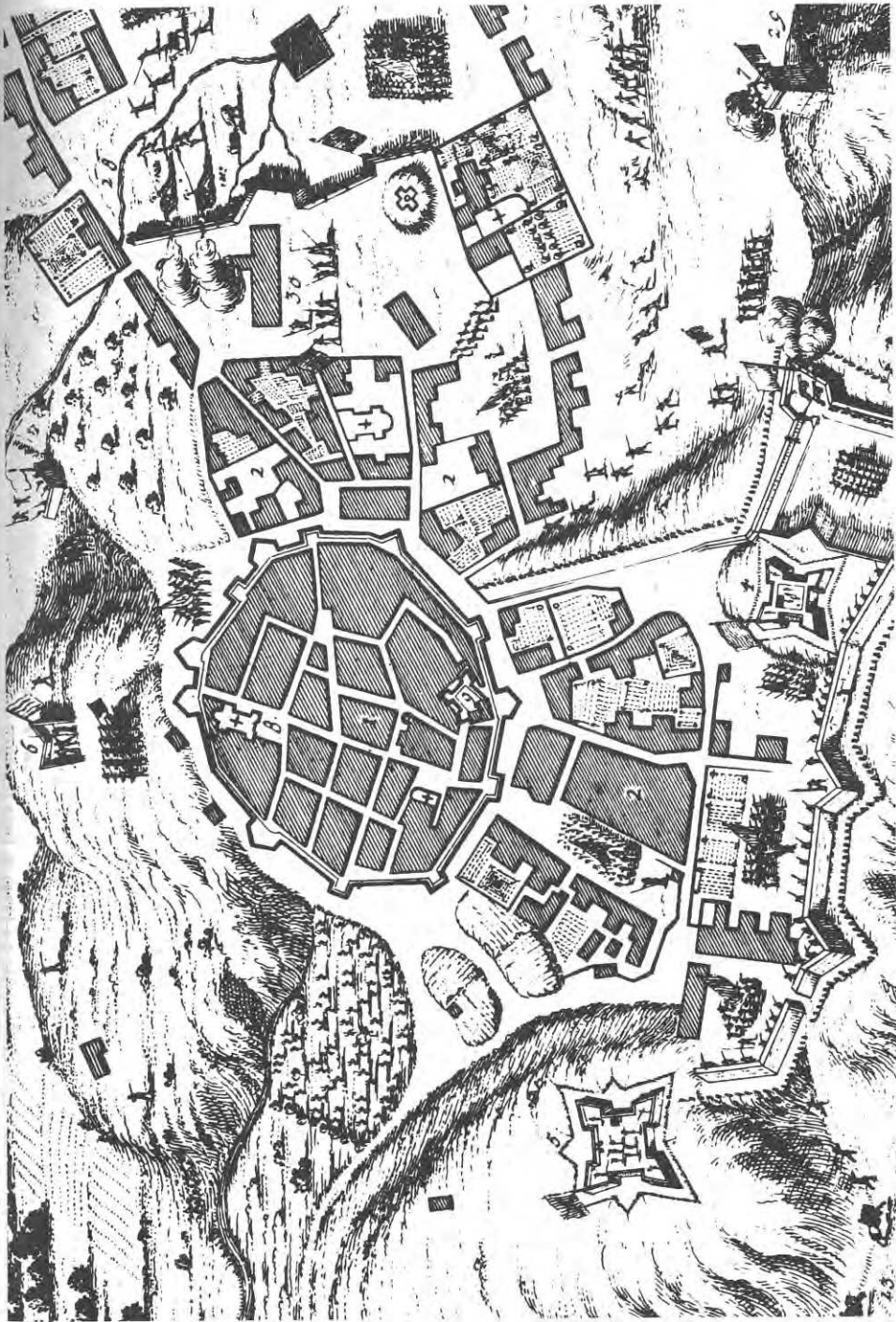


Fig. 8 — Pormenor da gravura espanhola de 1704 alusiva à tomada de Portalegre por Filipe V, em 1701.

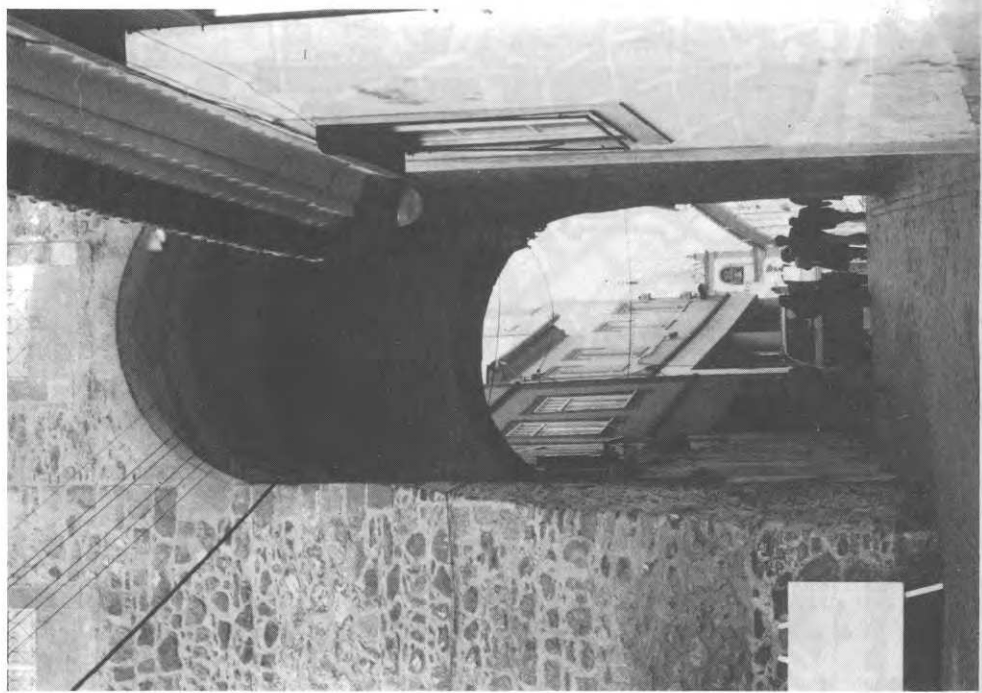


Fig. 10 — Porta da Devesa. Ao fundo a catedral, mostrando que a ligação entre a porta mais importante da vila e a Praça se fazia (faz) por uma rua quase recta.

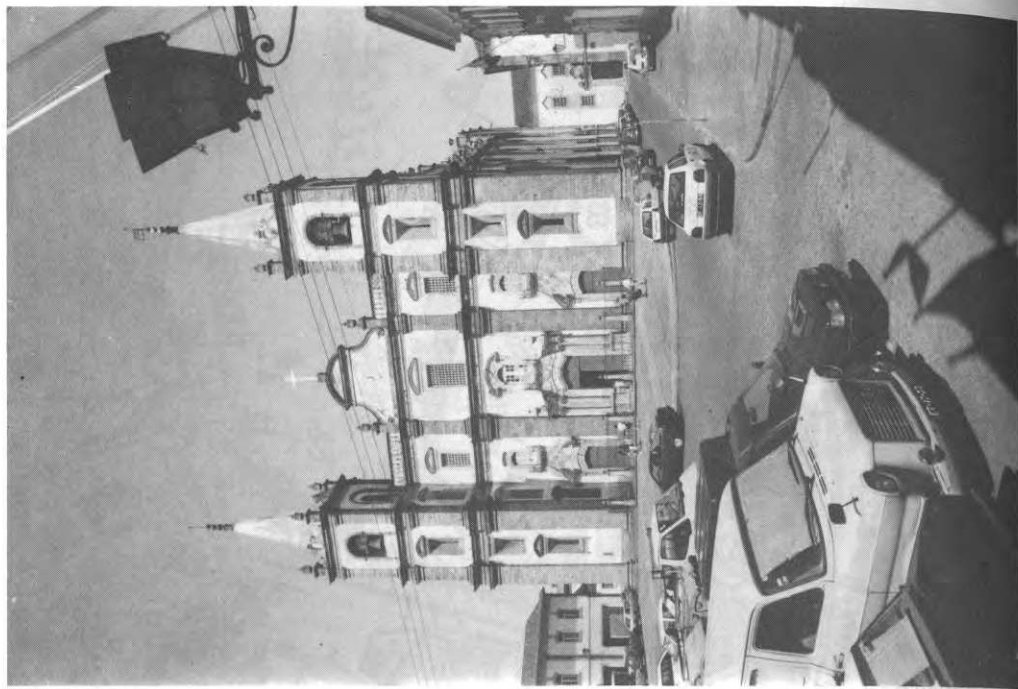


Fig. 9 — Praça.